



# Santo Antônio do Leste

GOVERNO MUNICIPAL

Vivendo um novo tempo, construindo uma nova história

ADM. 2017 / 2020

P.M.S.A.L.  
FLS Nº 049  
06/03/2020  
[Handwritten signatures and initials]

**De:** Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste  
**Para:** Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste  
**Ref.:** Processo Administrativo Licitatório nº 045/2020, Adesão á Ata de Registro de Preços Nº 056/2019 do Pregão Eletrônico Nº 006/2018 – Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste/RO

**Tema:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento em rede credenciada de abastecimento de combustíveis e manutenção com fornecimento de peças e serviços automotivos de mecânica, elétrica, injeção eletrônica, manutenção, instalação de ar condicionado automotivo, funilaria, pintura, suspensão, tapeçaria, borracharia e geometria de rodas, balanceamento, alinhamento, caster, cambagem, desempenho de roda, por meio da implantação de sistema informatizado e integrado com utilização de cartão magnético para atender frota de veículos da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste – MT.

Preliminarmente, temos que o **PARECER JURÍDICO** é sempre procedimento de orientação formal e legal dos atos a serem praticados pela Administração Pública, quando solicitado por quem de Direito, e não é impositivo nem vinculativo, não obstante ser imperativo que todo ato administrativo deve seguir e observar os princípios básicos da Administração Pública, quais sejam, Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, além das normas específicas de cada caso concreto.

Ancorado no fato de que em tese o **PARECER JURIDICO** nasce da observação do cumprimento dos princípios e normas do Direito Administrativo Público e, em cada caso concreto, da prática de todos os atos sucessivos desde a manifestação formal da necessidade do serviço ou produto pelo agente público competente para tal até homologação de todo o processo administrativo, é imperioso que tal **PARECER** seja emitido após a prática de todos os demais atos administrativos e devidamente assinados por quem de Direito, pois que estar-se-á exatamente a se observar quanto à formalidade e legalidade de todos os atos praticados.

Com o exposto, em análise das formalidades dos atos administrativos que compõe este **Processo Administrativo Licitatório nº 045/2020, Adesão á Ata de Registro de Preços** supracitada, tendo como objeto o fornecimento do produto e conseguinte processo de pagamento para atender às necessidades do município de Santo Antônio do Leste, a equipe/comissão de Licitação do Município de Santo Antônio do Leste/MT, neste ato representada pelo servidor Eriks Matos da Silva, presidente da Comissão de Licitação, designada via Portaria nº 126/2020, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº 3.417 – ano XV, aos 13

e-mail: [prefeitura@santoantoniiodoleste.mt.gov.br](mailto:prefeitura@santoantoniiodoleste.mt.gov.br)



# Santo Antônio do Leste

G O V E R N O M U N I C I P A L

Vivendo um novo tempo, construindo uma nova história

ADM. 2017 / 2020

P.M.S.A.L.  
FLS Nº 343  
P.M.S.A.L.

de fevereiro de 2020, submete e requer a apreciação jurídica e emissão de respectivo **PARECER JURÍDICO** do presente processo administrativo supracitado.

O presente Processo Administrativo teve início com a solicitação do Gerente de Cidades, Sr. Ronaldo Martins de Amorim, designado via Portaria nº 553/2017, devidamente publicada em Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – nº 2.859 – ano XII – de 22/11/2017. Seguiu-se a partir daí todas as medidas legais e administrativas aptas à formalização pelos agentes competentes, quais sejam: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Secretaria de Finanças, Coordenadoria de Compras, Coordenadoria de Contabilidade, Comissão de Licitação e Assessoria Jurídica. Todos manifestaram-se formalmente nos termos requeridos e segundo suas competências, conforme consta nos autos deste Processo Administrativo, sendo que a Assessoria Jurídica o faz nos termos deste **PARECER**, ratificando formal e legalmente todos os atos até neste momento processual.

## **DA LEGALIDADE:**

Todos os atos administrativos para serem praticados, além de observarem todas as regras e procedimentos próprios da administração pública e os específicos de cada procedimento, devem observar os Princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, e a não observância gera efeitos e sanções nas searas administrativa, civil e penal, conforme cada caso concreto e em desfavor dos agentes legalmente responsáveis nos termos das mesmas normas vigentes.

A Constituição Federal em seu artigo 22, inciso XXVII atrai para si a competência exclusiva de legislar sobre contratos e licitações públicas, por conseguinte, toda norma complementar, ordinária, regulamentadora de licitações e contratos devem seguir os parâmetros Constitucionais ali inseridos, tais como as Leis Nº 8.666/93, Nº 8.745/93, Nº 10.520/02, etc.

No caso em tela, **Processo Administrativo Licitatório nº 045/2020, Adesão à Ata de Registro de Preços Nº 056/2019 do Pregão Eletrônico Nº 006/2018 – Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste/RO**, verifica-se que formal e legalmente todos os atos praticados no Processo de Licitação o foram com total observância aos princípios gerais da Administração Pública e aos preceitos normativos específicos do procedimento praticado, desde o primeiro procedimento até a atual fase processual.

e-mail: [prefeitura@santoantoniodoleste.mt.gov.br](mailto:prefeitura@santoantoniodoleste.mt.gov.br)



Na Administração Pública, temos que a regra geral é a prevista no Artigo 3º da Lei 8.666/93 que assim preceitua:

**Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos**

Quanto ao presente processo de licitação, temos que o Pregão Presencial e respectiva adesão à ata, seguem princípios e regras gerais da Constituição Federal e Lei 8.666/93 supracitada, além das específicas previstas na Lei nº 10.520/02.

Considerando que o objeto deste é formalizar e legalizar o procedimento para eventual aquisição e conseqüente fatura e pagamento do objeto da citada adesão à ata do Pregão Presencial, em análise formal e legal ratificamos todos os atos já praticados e opinamos pelo prosseguimento normal deste até a homologação.

### **OBSERVAÇÕES:**

1 - Não obstante quando da análise da documentação para formação deste Processo de Licitação, verificar-se a regularidade das proponentes e Certidões da empresa a ser contratada, tais Certidões não induzem necessariamente à regularidade para processo de pagamento, por conseguinte se faz necessário a observância da citada regularidade também nesta oportunidade.

2 - Todos os pedidos que demandem licitação em qualquer modalidade, devem ser previamente analisados pela Secretaria requisitante, equipe de licitação e/ou quem de direito quanto à existência de alguma licitação em vigência com o mesmo objeto e, caso exista, deve ser excluído do pedido de licitação a ser processado pela equipe de licitação.

**Pelo exposto, temos e havemos que o Processo Administrativo Licitatório nº 045/2020, Adesão à Ata de Registro de Preços Nº 056/2019 do Pregão Eletrônico Nº 006/2018 – Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste/RO em análise formal e legal dos procedimentos adotados, está apto para seguir-se os demais atos, até homologação e, em sendo**



# Santo Antônio do Leste

G O V E R N O M U N I C I P A L

Vivendo um novo tempo, construindo uma nova história


ADM. 2017 / 2020

P.M.S.A.L.  
FLS Nº 346  
RUB 2

**necessário, antes da homologação, volte-se à Assessoria Jurídica para ratificação e/ou retificação do PARECER JURÍDICO e posterior homologação e publicação.**

É O PARECER.

Santo Antônio do Leste/MT, 06 de maio de 2.020.

  
**João Pedro Ramos de Oliveira**  
**Procurador Jurídico**  
**OAB/MT nº 26.851/O**